



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 63, DE 08 DE ABRIL DE 2025.**

Institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município  
- REFIS 2025 e dá outras providências.

Art. 1º Institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2025, destinado a recuperar créditos tributários ou não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, vencidos originalmente até a data de 31 de dezembro de 2024, que poderão ser pagos nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Para a aplicação dos benefícios desta Lei considera-se crédito inscrito em dívida ativa, o valor consolidado do débito (principal e encargos) a partir do valor inscrito, parcelado ou não.

Art. 2º Os débitos apurados somente poderão ser pagos e ou parcelados até as datas fixadas, sendo sempre devido o valor do principal, a atualização monetária, e quando for o caso, os honorários advocatícios, com os seguintes benefícios:

I - para pagamento em parcela única até 16 de junho de 2025, será concedido o desconto de 100% (cem por cento) da multa moratória e 100% (cem por cento) dos juros moratórios;

II - para pagamento em até 12 meses, com primeira parcela paga até 16 de junho de 2025, será concedido o desconto de 75% (setenta e cinco por cento) da multa moratória e 75% (setenta e cinco por cento) dos juros moratórios;

III - para pagamento em até 40 meses, com a primeira parcela paga até 16 de junho de 2025, será concedido o desconto de 50% (cinquenta por cento) da multa moratória e 50% (cinquenta por cento) dos juros moratórios;

§ 1º Poderá o contribuinte solicitar emissão de guia para pagamento em instituições financeiras com vencimento nas datas supramencionadas, desde que requerida dentro da vigência da faixa de desconto.

§ 2º A não quitação das guias de pagamento implica na anulação de todos os atos referentes a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2025.

§ 3º Para adesão ao REFIS na categoria descrita nos incisos II e III deste artigo, far-se-á necessário efetuar o pagamento, na data da adesão, de 30% (trinta por cento) da dívida a ser parcelada.

Art. 3º Aos contribuintes que possuem débitos a vencer, oriundos de parcelamentos realizados após 31 de maio de 2025 e que efetuarem o pagamento integral até 16 de junho de 2025, será concedido o desconto de 100% da multa moratória e 100% dos juros moratórios.

Art. 4º Aos contribuintes que possuem débitos a vencer, oriundos de parcelamentos realizados após 31 de maio de 2025, que requererem reparcelar o débito em até 12 meses, com primeira parcela paga até 16 de junho de 2025, será concedido o desconto de 75% (setenta e cinco por cento) da multa moratória e 75% (setenta e cinco por cento) dos juros moratórios.

Parágrafo único. Para cálculo do desconto previsto no artigo 3º e reparcelamento do artigo 4º, o parcelamento anterior será estornado de forma a consolidar as parcelas vincendas em um único saldo devedor para recálculo.

Art. 5º Os honorários advocatícios nos débitos ajuizados, quando devidos, serão calculados no percentual fixado pelo juízo sobre o saldo total do débito refinanciado.

Art. 6º A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal — REFIS 2025 - sujeita o requerente a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos, conforme Termo de Confissão e Compromisso de Pagamento que deverá ser assinado pelo contribuinte no ato da formalização do pedido de pagamento;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

III - pagamento regular do débito consolidado.

Parágrafo único. Em caso de adesão na modalidade referida no inciso II e III do Art. 2º e no Art. 4º desta lei, as parcelas serão mensais e sucessivas, acrescentando-se neste caso, um ônus de 1% (um por cento) de juro ao mês sobre o valor de cada parcela, que não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento) do VRM – Valor de Referência Municipal.

Art. 7º O não pagamento de uma das parcelas, em prazo superior a 90 (noventa) dias, importará no vencimento antecipado das demais, na rescisão do parcelamento e na perda dos benefícios desta lei.

Art. 8º Estão excluídos do Programa de Recuperação Fiscal – 2025 todos os débitos consequentes de autos de infração e relativos autos de lançamento resultantes de processos administrativos tributários.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a estender os benefícios de que trata esta Lei para débitos provenientes de denúncia espontânea, desde que protocolada na Secretaria de Finanças toda a documentação fiscal até o dia 01 de junho de 2025, observada a data constante no caput do art. 1º desta lei.

Art. 10 Os débitos, em parcelas ou não, já pagos em períodos anteriores à vigência desta Lei não são passíveis de restituição ou devolução em relação aos benefícios concedidos por esta Lei.

Art. 11 O Município poderá, através da Procuradoria, após a adesão ao Programa, requerer as medidas judiciais

Rua Alfredo Chaves, 366 - Fone/Fax: (54) 3441.1477 - CEP: 95330-000 - VERANÓPOLIS - RS



Para verificar a autenticidade, acesse: <https://atos.veranopolis.rs.gov.br/paginas/validar> -  
com a chave: OF9CB7E2ZJHIPS2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO

cabíveis nas execuções fiscais pertinentes, desde que quitadas também as custas judiciais e honorários advocatícios, se houver.

§ 1º A penhora dos bens permanecerá até a quitação total do débito a que se refere, cabendo ao contribuinte recolher em juízo o valor das custas e demais despesas processuais.

§ 2º Os débitos objeto de litígio judicial somente serão abrangidos por esta lei, após formalização pelo contribuinte nos autos do processo judicial da desistência da ação por ele proposta e da renúncia a eventual direito às verbas decorrentes da sucumbência do Município, bem como do pagamento das custas judiciais pendentes e demais despesas processuais já adiantadas pelo Município, devidamente comprovados no ato da assinatura do Termo de Adesão ao REFIS 2025 e, no caso de débito objeto de processo administrativo, após a desistência expressa.

§ 3º A solicitação de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2025, nos casos de quaisquer débitos ajuizados deverá ser realizada até 01 de junho de 2025 para manifestação da Procuradoria acerca dos honorários e custas antecipadas eventualmente devidos.

Art. 12 A quitação dos débitos tributários ou não tributários junto ao Município não isenta o contribuinte do pagamento de custas de protesto, quando for o caso.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 08 de Abril de 2025.

CRISTIANO VALDUGA DAL PAI, Prefeito.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO

**JUSTIFICATIVA I AO PL Nº 63/2025**

A presente proposta de criação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2025 tem como objetivo permitir a regularização de débitos tributários ou não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou ajuizar, vencidos até 31 de dezembro de 2024. Com a implementação deste programa, busca-se oferecer condições facilitadas de pagamento aos contribuintes, possibilitando-lhes a quitação de suas pendências fiscais com descontos significativos sobre multas e juros, promovendo a recuperação da receita municipal e a regularização de pendências que, de outra forma, poderiam resultar em longos processos de cobrança.

A iniciativa visa, também, a promover a justiça fiscal, permitindo que os cidadãos em débito possam regularizar sua situação financeira com o município, especialmente em um momento de desafios econômicos. A proposta é clara ao oferecer diferentes condições de pagamento, ajustadas à capacidade financeira do contribuinte, com a possibilidade de descontos progressivos em função da forma e prazo de quitação do débito. A medida será, assim, um importante mecanismo para aumentar a arrecadação e garantir o cumprimento das obrigações tributárias municipais, contribuindo para a melhoria dos serviços públicos essenciais à população.

Além disso, a criação do REFIS 2025 busca estimular a recuperação da economia local, por meio da regularização de débitos, o que permitirá maior fluxo financeiro e viabilizará novos investimentos em áreas prioritárias como saúde, educação e infraestrutura.

A adesão ao programa é facultativa e deverá ser realizada dentro do prazo estabelecido, o que proporciona flexibilidade ao contribuinte, que poderá escolher a melhor forma de regularização de seus débitos. A proposta também prevê a desburocratização do processo, oferecendo opções de pagamento por meio de instituições financeiras e garantindo a transparência e a eficiência na execução do programa.

É importante ressaltar que o REFIS 2025 não contempla débitos oriundos de autos de infração ou processos administrativos tributários, assegurando que o programa tenha foco nos débitos mais comuns entre os contribuintes. A medida também não prejudica a regularidade fiscal daqueles que, de boa-fé, cumpriram suas obrigações, mas visa incentivar a adesão dos inadimplentes ao programa, para que possam regularizar sua situação junto ao município.

A aprovação desta proposta é essencial para que o município de Veranópolis possa retomar sua capacidade de investimento e continuar a oferecer serviços públicos de qualidade à sua população, ao mesmo tempo em que proporciona aos contribuintes a oportunidade de saldar suas dívidas com condições facilitadas e justas.

Diante do exposto, solicito a aprovação do presente projeto de lei.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 08 de Abril de 2025.

CRISTIANO VALDUGA DAL PAI, Prefeito.

